



DESPACHO Nº 58/2025/COAAT/CGAAI/DRPPS/SRPC-MPS

Processo nº 10128.050119/2025-15

1. Em atenção ao DESPACHO nº 207/2025/CGNAL/DRPPS/SRPC-MPS e com base nas informações e premissas da Nota Técnica SEI nº 1065/2025/MPS, especialmente no item 15.8.4, apresentam-se as projeções de impacto financeiro e orçamentário para os exercícios de 2025, 2026, 2027 e 2028:

Fluxo Atuarial Projetado para os próximos 4 anos em 31/12/2024: Situação Atual e 1ª elegibilidade ajustada

Ano	Situação Atual (A)			1ª Elegibilidade Ajustada (B)			(B-A)		
	TOTAL RECEITAS (A)	TOTAL DESPESAS (B)	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (B - A)	TOTAL RECEITAS (A)	TOTAL DESPESAS (B)	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (B - A)	TOTAL RECEITAS (A)	TOTAL DESPESAS (B)	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (B - A)
2025	2.620.221.831,32	4.888.204.457,53	2.267.982.626,21	2.619.223.947,44	4.890.587.269,84	2.271.363.322,40	-997.883,88	2.382.812,31	3.380.696,20
2026	2.630.811.558,55	5.441.181.915,83	2.810.370.357,28	2.628.866.308,84	5.445.734.420,00	2.816.868.111,16	-1.945.249,71	4.552.504,17	6.497.753,88
2027	2.640.053.952,64	5.937.657.302,96	3.297.603.350,32	2.637.218.093,94	5.944.148.928,73	3.306.930.834,79	-2.835.858,70	6.491.625,77	9.327.484,47
2028	2.647.749.921,13	6.471.038.937,20	3.823.289.016,07	2.644.085.353,95	6.479.166.881,75	3.835.081.527,81	-3.664.567,19	8.127.944,56	11.792.511,74

Fonte: MPS/SRPC/DRPPS/CGAAI/COAAT

2. As projeções indicam um cenário de crescente insuficiência financeira nos regimes próprios, mesmo após os ajustes aplicados à primeira elegibilidade. Em 2025, estima-se receita de aproximadamente R\$ 2,62 bilhões e despesa em torno de R\$ 4,89 bilhões, configurando um déficit de R\$ 2,27 bilhões. Para 2026, o déficit projetado aumenta para cerca de R\$ 2,81 bilhões, alcançando R\$ 3,29 bilhões em 2027 e R\$ 3,82 bilhões em 2028, evidenciando uma tendência estrutural de desequilíbrio atuarial.

3. O impacto incremental decorrente do ajuste na elegibilidade, embora reduzido em relação ao déficit total, apresenta crescimento contínuo: R\$ 3,38 milhões em 2025, R\$ 6,49 milhões em 2026, R\$ 9,32 milhões em 2027 e R\$ 11,80 milhões em 2028. Esse comportamento, ainda que marginal, sugere que alterações nas regras de elegibilidade, como as propostas na PEC nº 14/2021, podem intensificar a insuficiência financeira, sobretudo se acompanhadas pela expansão do quadro de servidores ou pela concessão de reajustes salariais.

4. A PEC nº 14/2021, ao dispor sobre Agente Comunitário de Saúde (ACS), Agente de Combate às Endemias (ACE), Agente Indígenas de Saúde (AIS) e Agentes Indígenas de Saneamento (AISAN), tende a elevar as despesas previdenciárias, o que demanda a adoção de medidas compensatórias para manutenção do equilíbrio atuarial e orçamentário. Recomenda-se, portanto, a realização de estudos adicionais que considerem a evolução da folha de pagamento e da composição demográfica, a fim de mensurar de forma mais precisa os impactos futuros.

5. Em síntese, os dados reforçam a necessidade de planejamento estratégico e integração entre os órgãos gestores para mitigar riscos fiscais e garantir a sustentabilidade dos regimes próprios frente às alterações previstas na PEC.

6. Conclui-se que o impacto estimado para o período de 2025 a 2028 corresponde a um incremento de R\$ 31,00 milhões na insuficiência financeira. Ressalta-se, conforme destacado na Nota Técnica SEI nº 1065/2025/MPS, que a projeção indica elevação significativa dessa insuficiência a partir de 2031.

Documento assinado eletronicamente

Alan dos Santos de Moura

AFRFB lotado no DRRPS

1. Ciente. De acordo.

2. Encaminhe-se para apreciação da Coordenação de Atuária e Investimentos.

Documento assinado eletronicamente

José Bonifácio de Araujo Júnior

Coordenador de Acompanhamento Atuarial

COAAT/CGAAI/DRPPS/SRPC/MPS

1. Ciente. De acordo.

2. Encaminhe-se à Coordenação Geral de Normatização e Acompanhamento Legal para as providências cabíveis.

Documento assinado eletronicamente
Luciana Moura Reinaldo
Coordenadora-Geral de Atuária e Investimento
CGAAI/DRPPS/SRPC/MPS



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Moura Reinaldo, Coordenador(a)-Geral**, em 09/12/2025, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alan dos Santos de Moura, Auditor(a) Fiscal da Receita Federal do Brasil**, em 09/12/2025, às 16:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Bonifácio de Araújo Junior, Coordenador(a)**, em 09/12/2025, às 16:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **56194982** e o código CRC **1F29DB2A**.

Referência: Processo nº 10128.050119/2025-15.

SEI nº 56194982